

Patricio Jorge Lobo Vieira

INTERNAÇÃO PSIQUIÁTRICA

Constituição, Direito e Medicina

TEORIA E PRÁTICA

Apresentação de Emerson Arcoverde Nunes

Prefácio de Leonardo Martins

Curitiba
Juruá Editora
2022

Visite nossos sites na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-65-5605-809-2

JURUÁ
EDITORA

Brasil – R. Flávio Dallegrave, 7.665 – São Lourenço – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 82.210-310 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: Luiz Augusto de Oliveira Junior

Vieira, Patricio Jorge Lobo.

V658 Interação psiquiátrica: constituição, direito e medicina,
teoria e prática./ Patricio Jorge Lobo Vieira./ Curitiba: Juruá,
2022.

322p.; 21cm

1. Psiquiatria. 2. Transtornos mentais. I. Título.

CDD 616.89 (22.ed)

CDU 616.89

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	21
2	CONCEITUAÇÃO DE TRANSTORNO MENTAL E A PROBLEMÁTICA MUNDIAL	25
2.1	PANORAMA SOBRE A LOUCURA E MANICÔMIOS NO CONTEXTO HISTÓRICO: UM PERCURSO NECESSÁRIO	37
2.2	UMA ABORDAGEM DO HISTÓRICO MANICOMIAL NO BRASIL	54
2.3	A REGULAÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM TRANSTORNO MENTAL: UM PANORAMA DO REGRAMENTO MUNDIAL E NACIONAL	66
2.4	INTERNAÇÕES PSIQUIÁTRICAS NO DIREITO ESTRANGEIRO.....	84
2.5	A POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE MENTAL NO ÂMBITO DO TRATAMENTO DOS TRANSTORNOS MENTAIS E A INTERNAÇÃO PSIQUIÁTRICA: OS CONFLITOS NA SAÚDE MENTAL EM UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR.....	95
2.6	OS DILEMAS DA INTERNAÇÃO PSIQUIÁTRICA NÃO CONSENTIDA... 104	
2.7	DISCUSSÃO SOBRE A CONSTITUCIONALIDADE DA LEI 10.216/2001 ..129	
3	AUTODETERMINAÇÃO COMO DIREITO FUNDAMENTAL, O DEVER ESTATAL DE PROTEÇÃO E A PROPORCIONALIDADE	141
3.1	DIGNIDADE HUMANA E DIREITOS FUNDAMENTAIS	141
3.2	O CONSENTIMENTO INFORMADO E AS LIMITAÇÕES HUMANAS... 155	
3.3	LIBERDADE, LIMITES DA AUTODETERMINAÇÃO E O DEVER ESTATAL DE PROTEÇÃO	172
3.4	DIMENSÃO SUBJETIVA E OBJETIVA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: O DEVER DE AGIR.....	173
3.5	LIMITES AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	178

3.6	A PROPORCIONALIDADE COMO ÔNUS DA JUSTIFICAÇÃO ESTATAL.....	188
3.6.1	Conceituação e Caracterização: a Proporcionalidade no Contexto dos Direitos Fundamentais.....	190
3.6.2	Pressupostos.....	194
3.6.2.1	Licitude do propósito.....	197
3.6.2.2	Licitude do meio utilizado.....	197
3.6.2.3	Adequação do meio utilizado.....	197
3.6.2.4	Necessidade do meio utilizado.....	197
4	CONSTITUCIONALIDADE DA LEI 10.216 DE ACORDO COM A PROPORCIONALIDADE.....	201
4.1	DECISÕES JUDICIAIS E INTERNAÇÃO PSQUIÁTRICA.....	201
4.1.1	Superior Tribunal de Justiça.....	202
4.1.2	Tribunais de Justiça do Brasil.....	204
4.1.3	Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte.....	208
4.1.4	Comarca de Mossoró.....	210
4.1.5	Hospital São Camilo em Mossoró.....	214
4.2	A PRESUNÇÃO DE CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS.....	217
4.2.1	Constitucionalidade Formal.....	218
4.2.2	A Dignidade da Legislação.....	218
4.3	A PROPORCIONALIDADE E A CONSTITUCIONALIDADE MATERIAL.....	220
4.3.1	O Parâmetro de Constitucionalidade.....	222
4.3.2	A Área de Proteção do Direito Fundamental à Liberdade da Pessoa com Transtorno Mental e a Intervenção Estatal.....	225
4.3.3	Justificação Constitucional da Intervenção Estatal Verificada.....	227
4.3.3.1	A (des)necessidade de autorização constitucional expressa.....	229
4.3.3.2	Licitude do propósito.....	237
4.3.3.3	Licitude do meio de intervenção.....	237
4.3.3.4	Adequação da Lei 10.216/2001 em face do seu propósito.....	241
4.3.3.5	Necessidade diante do propósito da norma.....	256
4.4	UMA CONCLUSÃO PELA CONSTITUCIONALIDADE.....	274
4.5	PROPOSIÇÕES DE <i>LEGE FERENDA</i>	278
5	CONCLUSÃO.....	285
	REFERÊNCIAS.....	291
	ÍNDICE REMISSIVO.....	311